



## AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

**Investimento TD-C19-i07:** Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro

Programa 5. **Programa de estágios**

### AVISO N.º 01/C19-i07.05/2021

**REPUBLICAÇÃO  
(16-02-2022)**

**Alteração no ponto 7**

Convite à apresentação de candidaturas ao financiamento de estágios no âmbito do investimento e programa suprarreferidos





## **ALTERAÇÕES**

O convite N.º 01/C19-i07.05/2021 é republicado com as seguintes alterações:

No ponto 7 prazo para apresentação de candidaturas acrescem mais 30 dias para a apresentação das mesmas, tendo a seguinte redação:

A proposta deve ser apresentada até às 17:00 horas do dia 18 de março de 2022.

16 de fevereiro de 2022

## Índice

---

Preâmbulo.....	4
1. Objetivos.....	4
2. Condições de acesso ao financiamento .....	5
3. Área geográfica de aplicação .....	5
4. Regras e limites à elegibilidade de despesas .....	6
5. Taxa de financiamento e limite do apoio .....	6
6. Identificação das entidades que intervêm no processo de decisão do financiamento .	7
7. Procedimento de candidatura .....	7
8. Procedimentos de análise e decisão de candidatura .....	7
9. Contratualização da concessão do apoio .....	8
10. Metodologia de pagamento do apoio financeiro .....	8
11. Dotação total afeta ao presente concurso do programa de estágios .....	8
12. Tratamento de Dados Pessoais .....	9
13. Contactos.....	9



## Preâmbulo

---

Os programas afetos à DGAEP, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência integram-se na dimensão Transição Digital, na reforma TD-r36: Administração Pública capacitada para a criação de valor Público, acentuando a importância do investimento nas pessoas e na capacitação como motores para o desenvolvimento de uma economia cada vez mais assente no digital, contribuindo assim para o aumento da competitividade e para a redução dos custos de contexto.

O programa de estágios profissionais na Administração Pública (EstágiAP XXI) visa valorizar as qualificações e competências dos jovens licenciados, através do contacto com as boas práticas e sentido de serviço público, promovendo a empregabilidade num contexto socioeconómico em que será necessário um excecional apoio à recuperação económica.

## 1. Objetivos

---

1.1 O presente Aviso visa o financiamento dos contratos de estágio celebrados com as entidades promotoras, que cumprindo os requisitos seguintes:

- a) Entidades promotoras que, pelas suas atribuições, competências ou projetos a decorrer no Ano de 2021, representem um contexto particularmente atrativo para jovens qualificados;
- b) Entidades promotoras especialmente vocacionadas para áreas profissionais cujo mercado de trabalho, no momento presente, não dê resposta eficaz e que sejam capazes de captar jovens qualificados;
- c) Entidades promotoras cujo quadro de pessoal se encontre particularmente envelhecido

As entidades promotoras são as que integram o elenco fixado pela [Portaria nº 115/2021](#), de 28 de maio, promovendo assim a empregabilidade num contexto socioeconómico em que será necessário um excecional apoio à recuperação económica e, ainda, promover o rejuvenescimento da administração pública atraindo jovens qualificados para os serviços do Estado.



1.2 No âmbito do presente Aviso, pretende-se financiar 500 contratos de estágio na Administração Pública, no âmbito do programa EstágiAP XXI.

## 2. Condições de acesso ao financiamento

---

Para efeito do presente Aviso são beneficiárias finais as entidades que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições de acesso:

- a) Entidades constantes da lista de distribuição de vagas para estágios na Administração Pública Central - [Portaria n.º 115/2021](#), de 28 de maio, que reúnam os requisitos fixados nas alíneas a) a c) do ponto 1.1. do presente Aviso
- b) Ter celebrado contrato de estágio ao abrigo do programa EstágiAP XXI;
- c) Cumprimento dos princípios horizontais para a promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação;
- d) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante Administração Fiscal e a Segurança Social, a verificar até ao momento da assinatura do Termo de Aceitação;
- e) Ter a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI);
- f) Cumprir as regras de contratação pública, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e normativos comunitários sobre a matéria.

As condições de acesso definidas nas alíneas b), d) e e) devem ser comprovadas através do envio à DGAEP, respetivamente, do contrato de estágio celebrado e de documentos emitidos pelas entidades competentes.

## 3. Área geográfica de aplicação

---

O financiamento aplica-se aos estágios realizados em todo o território continental.



## 4. Regras e limites à elegibilidade de despesas

---

### 4.1 Despesas elegíveis

São consideradas elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente procedimento, resultantes dos custos reais com a realização de cada contrato de estágio, designadamente:

- a) Bolsa de estágio, de montante pecuniário correspondente à primeira posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 11 da Tabela Remuneratória Única (TRU) na sua versão atualizada, por cada um dos meses de duração do estágio, acrescido da taxa social única;
- b) Em caso de contrato de estágio celebrado a tempo parcial, o montante da bolsa é fixado na proporção do respetivo período normal de trabalho semanal, tendo como referência o montante pecuniário correspondente à primeira posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 11 da Tabela Remuneratória Única (TRU);

### 4.2 Despesas não elegíveis

- a) Subsídio de refeição;
- b) Valor de seguro de acidentes de trabalho;
- c) Outras despesas não contempladas no ponto 4.1 anterior.

## 5. Taxa de financiamento e limite do apoio

---

A taxa de financiamento PRR a conceder às operações aprovadas no âmbito do presente concurso é de 100% dos custos elegíveis.



O montante máximo de financiamento aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso resulta da multiplicação do número de contratos de estágio pela despesa elegível prevista em cada estágio conforme estipulado no ponto 4.1

O apoio a conceder assume a natureza de subvenção não reembolsável.

## 6. Identificação das entidades que intervêm no processo de decisão do financiamento

---

A avaliação e o acompanhamento do projeto são assegurados pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

## 7. Procedimento de candidatura

---

O prazo limite para apresentação de candidaturas decorre até às 17.00 horas do dia 18 de março de 2022.

A apresentação de candidaturas é efetuada exclusivamente através de plataforma eletrónica, cujo acesso é disponibilizado no Sistema de Informação da Recuperar Portugal (SI PRR) cujo endereço é <https://benef.recuperarportugal.gov.pt/siga-bf>.

## 8. Procedimentos de análise e decisão de candidatura

---

As candidaturas são selecionadas de acordo com as condições de elegibilidade previstas no presente Aviso.

A decisão fundamentada sobre o apoio financeiro a atribuir é proferida pela DGAEP no prazo de 30 dias úteis a contar da data final para apresentação da candidatura.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos. A falta de apresentação, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados determina a continuação da análise da candidatura apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento se os



elementos em falta forem considerados determinantes para a decisão, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pelo Beneficiário Intermediário.

A Entidade candidata é notificada da proposta de decisão podendo pronunciar-se, em sede de audiência prévia, no prazo de 10 dias úteis.

A decisão final deve ser proferida no prazo máximo de 10 dias úteis.

## 9. Contratualização da concessão do apoio

---

A decisão da concessão do apoio é contratualizada mediante assinatura de Termo de Aceitação das condições de financiamento por parte do beneficiário final, no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade.

## 10. Metodologia de pagamento do apoio financeiro

---

Os pedidos de pagamento a título de reembolso (PTR) são efetuados através de formulário eletrónico disponível no SI PRR.

Os beneficiários finais podem efetuar dois pedidos de pagamento por cada contrato de estágio:

- o primeiro até 30 dias após o final do 5.º mês de estágio
- o último até ao final do segundo mês após a conclusão do mesmo.

## 11. Dotação total afeta ao presente concurso do programa de estágios

---

A dotação afeta ao presente concurso é de 5 610 459,94 €.



## 12. Tratamento de Dados Pessoais

---

Todos os dados pessoais serão processados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), de 25 de maio de 2018, e com a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP) - Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, na sua redação atual.

## 13. Contactos

---

Os pedidos de informação e de esclarecimento podem ser efetuados através do seguinte endereço de correio eletrónico: [info.prestagios@DGAEP.gov.pt](mailto:info.prestagios@DGAEP.gov.pt).

O presente aviso está disponível em:

Página da internet da DGAEP <http://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?&OBJID=A666E224-1B1D-4137-8230-0C83CBB598FD>

Página da internet do PRR <https://recuperarportugal.gov.pt/candidaturas-prr>

António José da Mata Simões

Diretor do Departamento de Regimes Jurídicos de Emprego